TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DESPACHO DA DIRETORIA-GERAL

Processo Administrativo Eletrônico nº 1.497/2019

INEXIGIBILIDADE Nº 14/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Trata-se de taxa tributária de limpeza urbana expedida pela Município de Várzea Grande, referente aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, no valor total de R\$ 982,80 (novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), relativa a imóvel da União (matrícula nº 36.189) cuja administração, uso e conservação foram outorgados a este Tribunal mediante o termo de entrega colacionado ao documento nº 39.117/2019 (documentos nº 53.690/2019 e nº 53.693/2019).
2. A Coordenadoria Orçamentária e Financeira informou a disponibilidade orçamentária para acobertar a despesa em tela, ressalvando a necessidade de reconhecimento de dívida de exercício anterior no valor de R\$ 713,36, bem como de autorização para alteração do QDD para o elemento despesa 339092.47 (documento nº 53.996/2019).
3. A Assessoria Jurídica concluiu ser regular o pagamento da aludida taxa, porquanto *“a gestão do bem público de imóvel de posse do TRE/MT, implica total atribuição de gestão (ou de administração) ao gestor que detém as atribuições legais para tais exercícios derivados da função administrativa, quais sejam, utilização e conservação”*.
4. Esclarece, ainda, que *“o tributo em referência atrela-se exclusivamente à categoria tributária prevista no inciso II do art. 145 da Constituição Federal de 1988. Os impostos, abrangidos pela imunidade constitucional recíproca, foram excluídos da exação do Estado por força de limitador previsto no art. 150, inciso VI, alínea “a”, também da Carta Constitucional”*.
5. Por derradeiro, efetuou o enquadramento legal da despesa, inferindo pela aplicabilidade do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, atinente à inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade de competição, tendo em vista que o Município de Várzea Grande é o único responsável pela instituição, cobrança e recolhimento da espécie impositiva tributária em referência.

6. Diante do exposto, atendidas as disposições legais, bem como demonstrada a necessidade da contratação em referência, e tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018, decido, condicionada à ratificação Presidencial:

- a) **declarar** a inexigibilidade de licitação, consoante art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993;
- b) **reconhecer** a dívida do exercício anterior no valor de R\$ 713,36 (setecentos e treze reais e trinta e seis centavos);
- c) **autorizar** a alteração do QDD para o elemento despesa nº 339092.47 – Despesas de exercícios anteriores;
- b) **autorizar** a emissão do empenho e o respectivo pagamento.

7. Por fim, submeto a Vossa Excelência este feito ponderando:

a) Pela **ratificação** da situação de inexigibilidade de licitação para a realização da despesa acima citada, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, com a determinação de publicação no DJE/Diário Oficial da União-DOU, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência do artigo 26 do citado diploma legal.

b) Pelo encaminhamento direto à Secretaria de Administração e Orçamento para publicação e demais providências pertinentes

Cuiabá-MT, 5 de julho de 2019.

RAFAEL ZORNITTA
Diretor-Geral em substituição